



JÉSSICA EUFRÁSIO  
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

## Câmara Legislativa garante dois auxílios a policiais civis

Sob intensa mobilização da categoria, a Câmara Legislativa aprovou, ontem, dois projetos de lei (PL) de autoria do Executivo local em prol da Polícia Civil. O primeiro eleva o auxílio-alimentação mensal dos trabalhadores da ativa de R\$ 458 para R\$ 850; o segundo cria um auxílio-uniforme, com caráter indenizatório, de R\$ 3 mil por ano. As matérias tiveram aprovação praticamente unânime entre os 21 parlamentares presentes à sessão. Agora, seguem para apreciação do governador Ibaneis Rocha (MDB).

Sinpol-DF/Divulgação



### Eu sozinho

O único a votar contra um dos PLs foi o deputado Roosevelt Vilela (PSB), que considerou a apresentação dos projetos um movimento “unilateral”, sem conhecimento de outras categorias das forças de segurança do DF, como bombeiros e Polícia Militar. O parlamentar mencionou, ainda, a exclusão de servidores aposentados e pediu a retirada do item da pauta. Apesar de favoráveis aos benefícios, outros também distritais discursaram em Plenário e cobraram ações semelhantes em nome de outros profissionais do serviço público distrital.

### Sem equiparação

Vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), Enoque Venancio afirma que o pagamento desses tipos de complementos é feito apenas a servidores da ativa e que ambos eram concedidos às demais forças de segurança. “A questão do reajuste tem sido discutida em conjunto com os militares. Agora, cada instituição tem as próprias peculiaridades. O Sinpol busca, há meses, essa equiparação junto ao governo. Na PM e nos bombeiros, esses auxílios existem há décadas”, rebate.

### Idas e voltas

No dia em que o distrital Jorge Vianna (Podemos) retornou à Câmara Legislativa (CLDF), após passar duas semanas afastado devido à covid-19, o deputado João Cardoso (Avante) recebeu sete dias de atestado pelo mesmo motivo. Com sintomas leves, o parlamentar testou positivo para a doença na noite de segunda-feira.

### Discussão judicial

O caso de Jorge Vianna levou ao Judiciário a discussão sobre o trabalho na Casa. Um dia antes de receber o diagnóstico de infecção pelo Sars-CoV-2, o distrital esteve no Plenário e apareceu sem máscara em diversos momentos. Depois, a Justiça do DF determinou que os servidores da Câmara voltassem ao trabalho remoto, mas, em menos de uma semana, a segunda instância derrubou a liminar que suspendia as atividades presenciais.

### Mais infectados

Entre 31 de janeiro e 6 de fevereiro, a CLDF teve o maior número de registros de covid-19 neste ano: 61 casos. Na semana passada, foram 28, segundo despacho da Diretoria de Recursos Humanos publicado na segunda-feira.

185

Casos de covid-19 confirmados na Câmara Legislativa de 3 de janeiro até o último domingo

### Projeto sobre muros e guaritas passará pela Procuradoria-Geral

A versão inicial do projeto de lei complementar que trata de loteamentos fechados por muros e guaritas, mas deixa o uso exclusivo a moradores sujeito ao pagamento de taxas, parecia bem encaminhada até pouco tempo atrás. No entanto, enfrentará uma nova etapa e passará pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) antes do envio ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (Conplan) — e posterior encaminhamento à Câmara Legislativa. A decisão atende a pedido do governador Ibaneis Rocha (MDB), que quer um parecer técnico para dirimir eventuais questões jurídicas.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



### Antecipação

Ontem, em reunião com o chefe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Mateus Oliveira (foto), ficou definido que o debate continuará aberto, mas o processo só seguirá após resposta da PGDF. Os pontos sob avaliação envolvem, por exemplo, a necessidade e a forma de cobrança das taxas aos condôminos. “A Seduh desenvolveu tudo com estudos técnicos, mas essa regulamentação se trata de um tema relativamente novo em termos de Brasil. O DF é um dos pioneiros nessa discussão do modelo de loteamento fechado. E há uma série de aspectos a serem analisados”, afirmou o secretário à coluna.

### De olho na distribuição de processos

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) disponibilizará à população uma nova ferramenta de acompanhamento da distribuição de processos entre os conselheiros. A plataforma entra em fase de validação hoje, mas apenas para integrantes da Corte e servidores. O sistema que sorteia relatores também passou por aperfeiçoamento.

ED ALVES/CB/D.A.Press



### Plataformas similares

Na página, o público poderá acompanhar gráficos com processos administrativos e de controle em trâmite, respectivos relatores, sorteios gerais e semanais a partir de janeiro de 2021, interessados, entre outros. A iniciativa complementa um conjunto de ferramentas semelhantes do tribunal, como o Fiscaliza Covid, para acompanhamento de gastos públicos no enfrentamento à pandemia; o Módulo de Acompanhamento da Vacinação no Distrito Federal; e o Painel de Acompanhamento da Gestão Fiscal e Orçamentária do DF.

### Pressão sobre o comando nacional

As extensas discussões sobre a formação de federações partidárias tem provocado atrasos nas definições das pré-candidaturas em nível distrital. Como forma de pressionar o comando nacional do partido, parte da direção do PT-DF promoverá uma ação — ainda em debate —, na tentativa de chancelar o nome de Rosilene Corrêa na corrida ao Palácio do Buriti. Em novembro, em carta aberta aos petistas, a professora defendeu que a legenda dispute, por conta própria, a vaga no Executivo local. Com a novidade das agremiações federadas neste ano, algumas siglas terão menos espaço para as indicações a cargos eletivos, o que promete gerar fortes disputas internas.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**EXTORSÃO** / Investigação descobriu que presidiários se passavam por policiais civis para coagir vítimas e conseguir dinheiro em troca de silêncio

# Golpe de dentro da cadeia

» DARCIANNE DIOGO

Dentro da cadeia, presidiários da Penitenciária de Jacuí (PEJ), em Charqueadas (RS), se passavam por homens ricos e mais velhos para praticar extorsão sexual. Ontem, policiais civis da 23ª Delegacia de Polícia (P-Sul), em conjunto com policiais do Rio Grande do Sul, desencadearam a operação Nudes e cumpriram 13 mandados de busca e apreensão.

Infiltrados em redes sociais e aplicativos de namoro, os criminosos criavam um perfis fakes, com fotos e descrições de homens mais velhos e ricos. Na internet, procuravam por mulheres que demonstravam interesse e, após troca de conversas, pediam fotos ou vídeos íntimos.

Segundo o delegado da 23ª DP Thiago Boeing, após um tempo, os mesmos criminosos entravam em contato com os homens se passando por policiais civis do estado. “Os autores diziam que aquela moça que eles estavam conversando se tratava de uma menor de idade e que iriam indicá-los por pedofilia. Depois, vinham com a proposta de que, caso eles quisessem que a investigação fosse ‘extinta’, seria necessário depositar determinado valor”, detalhou.

### Esquema

O esquema criminoso contava, ainda, com a participação de familiares dos detentos, pois era na conta deles que os depósitos eram feitos. Uma das vítimas chegou a transferir cerca de R\$ 120 mil.

PCDF/Divulgação



Vistoria na Penitenciária de Jacuí, em Charqueadas (RS)

A conexão com o Distrito Federal surgiu quando a polícia descobriu que um vigilante de Ceilândia depositou R\$ 4 mil, em duas ocasiões diferentes, na conta dos criminosos, coagido sob a falsa acusação de estar praticando pedofilia.

Conversas obtidas com exclusividade pelo **Correio** mostram como os criminosos

conseguiram o dinheiro das vítimas. Nas mensagens, um dele diz: “O senhor não tem noção da gravidade que se envolveu. O senhor está disposto a resolver isso dentro dos trâmites legais da lei e no Judiciário?”. Dez dos 13 mandados expedidos pela Justiça foram cumpridos apenas na unidade prisional do Rio Grande do Sul.

## VIOÊNCIA DOMÉSTICA

### Cárcere privado na Estrutural

Uma mulher de 38 anos foi resgatada após ficar em cárcere privado por quatro dias, na Vila Estrutural, e ser agredida pelo ex-companheiro, de 37. Em depoimento prestado à polícia, o agressor contou que mantinha a vítima em uma distribuidora de bebidas, onde ela era ameaçada e agredida. O caso é investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) como estupro, lesão corporal e violência doméstica, no âmbito da Lei Maria da Penha.

Segundo as investigações, a mulher conheceu o agressor em 2010, em Minas Gerais. No mesmo ano, engravidou do acusado e veio com ele morar no DF. Em seguida, o agressor foi preso e permaneceu na cadeia por seis anos, até 2016. Quando deixou a prisão e quis se aproximar, a mulher estava em outro relacionamento e, dias depois, o homem foi preso novamente.

Ele foi liberado pela Justiça em setembro do ano passado. Dessa vez, os dois voltaram a ter um relacionamento.

### Dinâmica

Segundo o relato da vítima à polícia, o cárcere privado não foi o primeiro episódio de violência sofrido. Sob o efeito de drogas, o ex-companheiro

já havia danificado o carro da mulher. Em outras ocasiões, apresentou comportamentos agressivos e proferia xingamentos, o que levou a vítima a deixar de responder mensagens e recusar convites feitos por ele.

Em uma das vezes em que o casal se encontrou, a mulher relata que o homem fez uso de crack. Quando ele saiu do quarto, ela trancou a porta e ligou para a polícia. Na ocasião, pediu medida protetiva contra o homem. No dia seguinte, o agressor foi ao trabalho da vítima e disse que não sairia do local sem ela. Com medo de um possível tumulto, ela o acompanhou até a pequena distribuidora de bebidas do companheiro. No fim do dia, eles foram para a casa da mãe dele, e ela entregou para a sogra o dinheiro arrecadado no comércio para que o homem não conseguisse comprar drogas.

Com raiva, ele a agrediu com socos e tentou enforcá-la. Os familiares do agressor impediram que a violência continuasse. A mulher diz que tentou fugir, mas não conseguiu. Para não ser agredida, a vítima conta que aceitou dormir na distribuidora de bebidas. Nos dias seguintes, o homem a impediu de sair sozinha e a ameaçou de morte, caso fugisse. Para escapar, a mulher mandou mensagem para uma amiga pedindo socorro e enviando a localização de onde estavam.

O agressor foi preso ontem e encaminhado à 8ª Delegacia de Polícia, na Estrutural. (DD)